

<b>Processo nº</b>	13.828-2/2011
<b>Principal</b>	Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso
<b>CNPJ</b>	06.284.531/0001-30
<b>Gestores</b>	José Silvério Gomes, período de 1/1 a 28/2/2011 Rubens de Oliveira Filho – a partir de 1/3/2011
<b>Assunto</b>	Contas Anuais de gestão - exercício de 2011
<b>Relator</b>	Conselheiro Waldir Júlio Teis

### RAZÕES DO VOTO

Após a análise do relatório, verifica-se que a gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - TJ/MT, foi em consonância com os princípios e legislações que regulamentam a administração pública, não incorrendo em nenhuma irregularidade que comprometesse a prestação de contas.

Vale destacar, que o TJ/MT atendeu pontos legais importantes, como: há disponibilidade financeira para o pagamento dos restos a pagar para o exercício seguinte e apresentou “*superavit*” financeiro no valor correspondente de **R\$ 17.083.354,08**, o que apresenta a seguinte relação de receita/despesa:

Receita Arrecadada	=	R\$ 562.713.854,04	=	1,03
Despesa realizada		R\$ 545.630.499,76		

Esse resultado indica que, para cada R\$ 1,00 de despesa realizada, foram arrecadados R\$ 1,03.

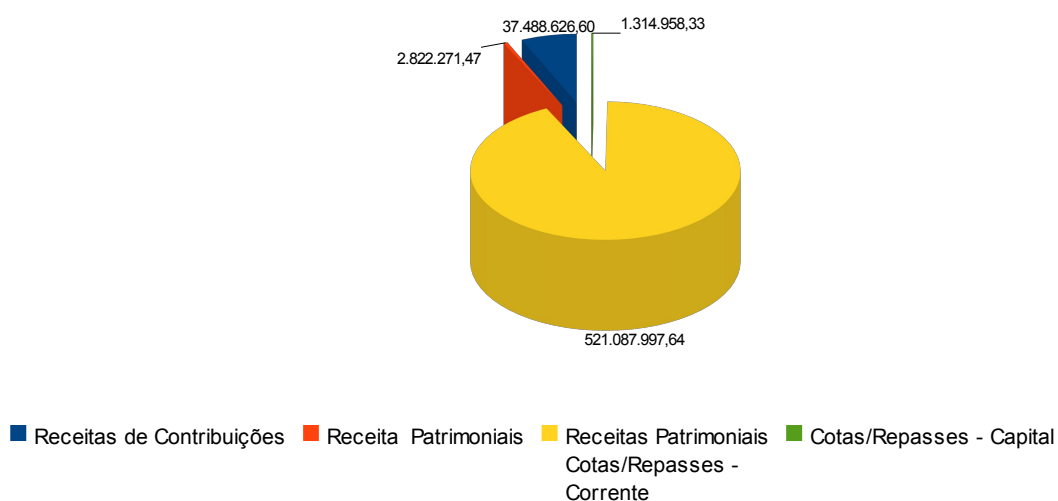
Por sua vez, a receita orçamentária inicial prevista para o exercício, foi de R\$ 510.117.859,00 e a receita orçamentária arrecadada de R\$ 562.713.854,04, que representa **10,31%** acima do previsto.

Do total arrecadado, 6,66%, (R\$ 37.488.626,60), referiu-se às receitas de contribuições, 0,50%, (R\$ 2.822.271,47), às receitas patrimoniais, 92,60%, (R\$ 521.087.997,64) à cota/repassse – corrente e 0,23%, (R\$ 1.314.958,33) à cota/repassse – capital, conforme demonstrada na tabela a seguir:

Histórico	Receita Arrecadada	%
Receitas de Contribuições	37.488.626,60	6,66
Receita Patrimoniais	2.822.271,47	0,50
Receitas Patrimoniais Cotas/Repasse - Corrente	521.087.997,64	92,60

Cotas/Repasse - Capital	1.314.958,33	0,24
<b>TOTAL DA RECEITA ARRECADADA</b>	<b>562.713.854,04</b>	<b>100,00</b>

### RECEITA ARRECADADA



Por outro lado, demonstrou-se conformidade entre o registro contábil das receitas orçamentárias arrecadadas quando comparados os balanços financeiro e orçamentário, com o Relatório Fiplan – FIP 729, comparativo da receita orçada com a arrecadada, às fls. 371/372-TCE.

Portanto, por esses motivos expostos e com base nas informações contidas no relatório da equipe técnica da Quarta Relatoria e do Parecer Ministerial, profiro meu voto sobre as contas anuais de gestão do exercício de 2011, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

### **DO DISPOSITIVO DO VOTO**

Diante dos fundamentos explicitados nos autos, acolho em parte Parecer do Ministério Público de Contas nº 2.920/2012, do Excelentíssimo Procurador-Geral Dr. Alisson Carvalho de Alencar, e **voto no sentido de:**

**I - julgar REGULARES COM RECOMENDAÇÕES LEGAIS**, as contas anuais de gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, relativas ao

exercício de 2011, gestão dos senhores Desembargadores Dr. **José Silvério Gomes**, período de 1/1/2011 a 28/2/2011, e Dr. **Rubens de Oliveira Filho** – a partir de 1/3/2011 a 31/12/2011, tendo como corresponsável a contadora senhora Alessandra Regina Marques Bueno, inscrito no CRC-MT sob o nº 011576/0-7 MT, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 269/2007, c/c o artigo 192, da Resolução nº 14/2007, Regimento Interno deste Tribunal.

II – Em razão de que os servidores do Poder Judiciário não estão vinculados a qualquer regime previdenciário, recomendo a elaboração de estudos para a adesão ao Fundo de Previdência Única do Estado – FUNPREV, segundo dispõe o comando constitucional insculpido no artigo 40, da Constituição da República.

É como voto.

Cuiabá, 8 de agosto de 2012.

**WALDIR JÚLIO TEIS**  
Conselheiro Relator